

3 - Utilizar o prestígio da FUP e Sindicatos para criar mecanismos de pressão, para aprovação da política de cotas à população negras, no ingresso nas escolas técnicas, universidades públicas federais e estaduais - inclusive na pós-graduação, *lato e strito sensu*, bem como nas escolas e institutos federais, estaduais e concursos públicos;

4 - Nas próximas negociações coletivas em 2012 lutar para garantir política de acesso dos/as trabalhadores/as negros/as aos cargos de comando e desenvolvimento nas empresas, porque as pesquisas comprovam que há muito poucos negros e negras nesses cargos.

Assinam essa Tese:

- Orismar Holanda
Presidente – Sindipetro–CE/PI
- Marcondes Muniz – Secretário Geral do Sindipetro–CE/PI/Diretor da FUP/Diretor CTB-CE
- Paulo Gimenez – Petroleiro aposentado, Assessor de Entidades dos Movimentos Sociais em Fortaleza-CE.

Fortaleza, 19/04/2013

T E S E

**XXVIII CONGRESSO ESTADUAL DOS(AS)
PETROLEIROS(AS) NO ESTADO DO CEARÁ**

**I CONGRESSO ESTADUAL DOS(AS)
PETROLEIROS(AS) NO ESTADO DO PIAUÍ**

**TERESINA/PI
17 de abril**

**FORTALEZA/CE
20 DE ABRIL**

**Uma representação
Sindical Classista ao
alcance de todos
EMPREGO E PREVIDÊNCIA
SOCIAL NO BRASIL**



**Em Fortaleza - Ceará
20 de abril de 2013 - das 8h30 às 15h
Local: Auditorio José Weber - Sindipetro-CE/PI
Av. Francisco. Sá, 1823 - Jacarecanga - Fortaleza, Ceará**

**No Piauí, em Teresina, 17/04 - das 18h às 21h
Local: CTB - Rua Gabriel Ferreira, 334
Centro/Norte - Teresina - Piauí**





SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO
NOS ESTADOS DO CEARÁ E PIAUÍ - SINDIPETRO-CE/PI

Fundação: Em 28 Abril de 1973 - CNPJ: 07.948.565/0001-44

Av. Fco. Sá, 1823 - Jacarecanga - CEP: 60010-450 Fones: 85-3268-6355/6347/7966

Correio Eletrônico sindipetro@sindipetro-ce.org.br, imprensa@sindipetro-ce.org.br,

secretaria@sindipetro-ce.org.br - site: www.sindipetroce-pi.org.br



XXVIII CONGRESSO ESTADUAL DOS PETROLEIROS DO CEARÁ I CONGRESSO ESTADUAL DOS PETROLEIROS DO PIAUÍ

TESE para apreciação da plenária:

Tema:

"Uma Representação Classista ao Alcance de Todos - Emprego e Previdência Social no Brasil"

Homenagem póstuma ao Comandante da Revolução Bolivariana Hugo Chaves Frías



Enfim, a eternidade o transforma naquilo que ele sempre foi, Hugo Chávez Frías, falecido no dia 5 de março de 2013 em pleno desenvolvimento político, reúne-se, no imaginário dos humildes da América Latina, à pequena corte dos grandes defensores de sua causa: Emiliano Zapata, Che Guevara, Salvador Allende, Bolívar... No início, nada dizia que ele teria um destino tão lendário.

*"Sempre soube quais eram minhas raízes, nas profundezas do mundo popular; é de lá que eu venho. Nunca me esqueci".
Hugo Chaves*

2 - Lutar por Planos de carreiras que prevejam a ascensão de mulheres nos postos de supervisão/ gerências etc. ,através de cotas;

3 - Garantir que os Atestados médicos de filhos sejam válidos para abonar falta/horas de ausência, bem como os atestados para reuniões escolares de filhos;

4 – A FUP e sindicatos combaterão o preconceito e a dupla discriminação que sofrem as mulheres negras em nossa sociedade e no mercado de trabalho: dados da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego, do DIEESE) mostram que a inserção das mulheres negras é duplamente desvantajosa em relação a outros grupos populacionais;

5- A FUP e Sindicatos finalmente, considerando as especificidades de nossa categoria, em cuja base há cerca de 16% de mulheres, no que tange a busca pela igualdade da participação das mulheres em todas as instâncias de poder garantindo um aumento progressivo da participação das mulheres nas direções.

5.1 - Neste sentido, a direção da FUP e Sindicatos continuarão empreendendo todos os esforços garantindo a inclusão das mulheres em todas as mesas de discussões, tanto nos debates específicos, como nas campanhas salariais, congressos da categoria, quanto nas atividades permanentes de nossos sindicatos;

8.2 - Condições de trabalho e saúde

1 - Estimular a participação das trabalhadoras em espaços de representação vinculados ou não ao sindicato, CIPA, e outros fóruns de representação;

2- Definir um plano para ampliação das mulheres em CIPAs;

2.1 - A FUP e sindicatos realizarão seminários, palestras e encontros sobre a saúde da mulher e da família, como forma de disseminar o conhecimento;

3 - Elaborar campanha de prevenção de doenças do trabalho específicas para mulheres;

8.3 - Ascensão da mulher

1-Desconstruir o preconceito da cultura de superioridade machista;

2 - Contratação de mulheres como pauta permanente das negociações coletivas, em empresas do sistema Petrobrás;

3 – A Fup e sindicatos realizarão seminários com ou não com os RHs do Sistema Petrobrás para efetivar a qualificação/formação das mulheres, mapeando as funções/ocupações que estão em ascensão nas empresas para direcionar a qualificação/formação das mulheres.

8.4 - Proposições na questão racial;

1 - A Fup/sindicatos criarão publicarão o Estatuto da Igualdade Racial dos petroleiros e trabalhadores do sistema Petrobrás, como parte da estratégia de discutir e difundir o conceito da sua política de promoção da Igualdade Racial para curto, médio e longo prazo. A publicação também se destina a consolidar em toda as empresas nosso trabalho de promoção da igualdade racial,

2 - A Fup e os sindicatos promoverão a criação participação dos grupos étnico-raciais nos locais de trabalho, assim como nos órgãos de comunicação da FUP e Sindicatos, criando seções específicas da Promoção da Igualdade Racial nas suas publicações;

salariais. Um projeto "engavetado" na Câmara dos Deputados pode mudar essa situação (caso seja aprovado). Trata-se do PL 4434/08, (Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo regime geral de previdência social e o índice de correção previdenciária), que visa a recuperação, em cinco anos, das perdas que vêm se acumulando desde 1989. Esse projeto é de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS).

7.4 - E os petroleiros como ficam?

Muitos ainda não conseguem entender o risco que corremos da Petros e outros Fundos previdenciário em vista das políticas do Governo Federal, não ter como honrar seus compromissos nos próximos anos. Juntamente com a política de redução de juros, mais a diminuição da participação da parte do salário do INSS no recebimento geral, investimentos dirigidos, crise mundial, poderão cada vez mais irão pressionar o cálculo atuarial das aposentadorias vigente e as futuras.

Uma das técnicas financeira usadas para tentar solucionar estas dificuldades, vem sendo a premiação aos trabalhadores da ativa com prêmios tipo a PLR, perfazendo um índice de reajuste, aumento salarial anual que deixam de ser repassados aos aposentados.

Muitos não conseguem entender e se faz necessário discutir, qual a referência entre o PCCs que nos aposentamos e o atual e sua correspondência com a remuneração as quais nos aposentamos. Temos poucas informações sobre isto e a sensação que nos passa é de que nossos salários estão defasados em relação aos ativos nas mesmas funções. Houve por parte da reestruturação das carreiras dos ativos um arrocho salarial dos aposentados.

7.5 - Políticas de Pressão.

Como todos sabemos os aposentados tem pouco ou quase métodos de pressão ao capital. Já não somos mais força de trabalho e não influímos mais na produção de bens e serviços, diminuindo nossas chances de pressionar as empresas e governos.

Mas são muitas as formas de pressão. Colocamos estas propostas para pressão dos aposentados:

- 1 - Ter participação efetiva, no sindicato para acompanharmos e discutirmos a participação dos trabalhadores na direção da Petros;
- 2 - Pressionar os Congressistas cearenses para aprovação do Projeto de Lei 4434/08 do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre os reajustes mantidos pelo Regime Geral da Previdência;
- 3 - Participação em manifestações, delegações de pressão sobre o Congresso Nacional;
- 4 - Quando houver mutirão do TST, negociar as questões jurídicas;

8.0 - Sugestões para formulação de propostas para apreciação da plenária do XXVIII CONGRESSO ESTADUAL DOS PETROLEIROS DO CEARÁ e ao I CONGRESSO ESTADUAL DOS PETROLEIROS DO PIAUÍ e posterior encaminhamento à IV PLENAFUP

8.1 - Políticas de Promoção da Cidadania/ mulheres

1 - A Petrobrás desenvolverá política para que as contratações garantam cota de 30% de mulheres e combater as discriminações nos concursos visando manter um percentual de mulheres em todas as áreas/setores/funções;

Chávez nasceu em uma família muito pobre, em Sabaneta, um pequeno vilarejo dos Llanos, nas Grandes Planícies que se encontram com a Cordilheira dos Andes. Era o ano de 1954, seus pais não tinham nem 20 anos. Professores interinos numa aldeia, mal pagos, eles tiveram de confiar seus dois primeiros filhos, Hugo e seu irmão mais velho Adan, à avó paterna. Mestiça afro-indígena, Rosa Inés os criou até que completassem 15 anos.

Na extremidade do vilarejo, Rosa Inés vivia em uma casa indígena coberta de folhas de palmeira, com chão de terra batida e paredes de taipa. Sem água corrente nem eletricidade. Vivia da venda de bolos que ela mesma fazia com as frutas do seu pequeno jardim. Desde sua primeira infância, Chávez aprendeu a trabalhar a terra, podar as plantas, cultivar o milho, colher as frutas, cuidar dos animais. Ele se impregnou do saber agrícola ancestral de Rosa Inés. Participou das tarefas domésticas, ajudou a fazer os bolos e, desde a idade de 6 a 7 anos, ia vendê-los nas ruas de Sabaneta, na saída do cinema, nas arenas de briga de galo, na feira.

Esse vilarejo – “quatro ruas de terra batida”, representava, para o jovem Chávez, todo um mundo. Com suas hierarquias sociais: os “ricos” moravam na parte baixa da cidade, em casas de pedra de dois andares; os pobres, na encosta do morro, em casas com teto de palha. Suas distinções étnicas e de classe: as famílias de origem europeia (italianos, espanhóis, portugueses) detinham os principais comércios, assim como as raras indústrias (serralherias), enquanto os mestiços constituíam a mão de obra.

O primeiro dia na escola ficou gravado em sua memória: ele foi mandado embora porque estava calçando sapatilhas de tecido de cânhamo, e não, sapatos de couro, como deveria. Ele soube ter sua revanche. Sua avó lhe ensinou a ler e a escrever. Muito rapidamente ele se impôs como o melhor aluno da escola. A ponto de, durante uma visita solene do bispo da região, ter sido ele o escolhido pelos professores para ler o texto de acolhida ao prelado. Foi seu primeiro discurso público.

Chaves segue carreira militar, estudioso da literatura revolucionária, Marx, Lenin, Gramsci, Frantz Fanon, Che Guevara

Simón Rodríguez, enciclopedista de Bolívar. Essas leituras lhe serviram de base para desenvolver sua tese das “três raízes”: Rodríguez, Bolívar, Zamora. Dos textos políticos desses três autores venezuelanos, ele tirou as teses da independência e da soberania; da justiça social, da inclusão e da igualdade; e da integração latino-americana.

Elas constituiriam os principais pilares de seu projeto político e social.

1.0 - INTRODUÇÃO

Por: Orismar Holanda

Max costumava conclamar aos trabalhadores a necessidade de unirem-se mundialmente numa luta conjunta, o que na sua visão levaria a transformação da Sociedade e do Homem em Si. A ideia de Classe Trabalhadora, já no momento desse chamado pressupunha necessariamente a superação do corporativismo sindical; o que se pode entender como natural dos processos de lutas num capitalismo também em formação naquele período, muito embora houvesse solidariedade entre os trabalhadores, o que era muito relevante no correr das lutas operárias nesse tempo. Naquele período, meados do sec.19, onde o capitalismo tinha sede na Europa e o resto do mundo era uma grande colônia explorada, isso já se fazia necessário; ao mundo atual capitalista globalizado, isso se torna mais ainda evidente.

O sindicato é uma entidade política que age numa sociedade econômica, cujos processos internos de decisão, só podem ser explicados politicamente.

A integração da classe trabalhadora pode ser sua maior condição para a superação do sistema capitalista e, o sindicato é o único veículo capaz de fazê-lo mediante a maturidade de sua direção e sua concepção política. Suas atividades que lhe conferem sua existência são atividades básicas, obrigatórias, mas não bastam. Se perceber como elemento social, e se fazer influente na sociedade, passa a ser também tarefa do sindicato. A sociedade atual, caracterizada pela disputa, pela concorrência, pelo valor da mercadoria, pela tecnologia avançada que faz tornar quase tudo obsoleto em tão pouco tempo; também exige exigências de mais conhecimento, exige diálogo, exige fortes argumentações. O sindicato está dentro desse contexto de mundo globalizado, e assim, carece estar preparado para esse constante confronto, na ação física do protesto e em nível dos embates que exigem conhecimento, controle, estratégias. É o que podemos chamar, se apropriando do que diz Fidel em Cuba, *guerra de ideias*, para vencê-lo é preciso estar preparado em todos os aspectos do conhecimento e das estratégias de luta.

A falta de capacitação para o exercício dos cargos de direção pode conduzir a fracassos desastrosos. O vazio do nosso sindicalismo em matéria de formação de quadros, reforça a atuação das entidades de fora do movimento sindical no intuito de preenchê-lo.

Assim, muitos ativistas sindicais são formados por partidos políticos ou outras entidades, o que pode vir a por em risco a independência e autonomia sindical.

Saber que essas novas conjunturas sociais são variáveis políticas e sociais que influenciam alterações de comportamento, de linguagem, de conceitos, de atitudes são indagações que sinalizam para o sindicato, sua reivindicação de ocupar espaço político dentre todos esses atores sociais.

Certamente um dos grandes desafios das direções sindicais na atualidade é se descobrir na carência de suas competências exigidas diante das provocações próprias da relação capital - trabalho, cada vez mais sofisticadas pela engenharia de gestão das empresas que vai adquirindo sofisticação na dose precisa para ludibriar a Classe trabalhadora.

Estão roubando, estão matando os “idosos” deixando-os à míngua.

O que o governo faz questão de ignorar, é que o custo de vida para aposentados e pensionistas (idosos), é bem mais alto, comparando-se com os mais jovens. A alimentação, os medicamentos, os planos de saúde, todos são especiais e conseqüentemente, seus valores são mais elevados, obrigando-os a recorrerem aos seus familiares, para pedir ajuda financeira, considerando que, o que recebem não é suficiente e não corresponde à contribuição que lhes foi cobrada durante a vida laboral.

Esses problemas que todos já sabem quais são, tornando-se até enfadonho repetir-se, foi uma vil e covarde rasteira nos trabalhadores brasileiros, sem chances de defesa, pois nem a Constituição Federal de 1988 nem o Estatuto do Idoso de 2003, com seus artigos de justiça igualitária para todos, conseguiu protegê-los.

É nesta fase em que os custos são maiores para os idosos. “E isso é reconhecido pelo próprio governo, que tem o IGP-DI, (para o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) o qual neste ano recuou de 5,95% para 5,90% que mede o custo de vida da terceira idade. É nesta fase que as pessoas precisam se alimentar melhor, têm necessidades de remédios, de médicos, que têm um custo maior. Outro fator é que hoje há um endividamento muito grande, tendo esses idosos que recorrer aos empréstimos consignados para sobreviver”.

7.1 - Pressionado, governo federal cria Secretaria Nacional dos Aposentados

A expectativa é a de que melhore o diálogo na gestão das políticas públicas o Ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, e o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, bateu o martelo para a criação da Secretaria Nacional dos Aposentados, Pensionistas e idosos, vinculada à Presidência da República. Com a decisão, será possível articular as discussões e a implementação de projetos e programas destinados aos idosos, aposentados e pensionistas. Ficou definido que o Grupo de Trabalho irá retomar as conversações para acertar, definitivamente, o funcionamento da Secretaria e, depois, reunirem-se a cada dois meses; “até outro dia, oito ministérios discutiam separadamente, e sem fazer qualquer articulação, as questões dos aposentados e pensionistas. Agora, não. Vamos nos preparar para responder rapidamente às demandas de mais de 29 milhões de brasileiros(as) com todos os esclarecimentos possíveis, Foi dado o primeiro passo para a organização da categoria de aposentados no País, uma vez que as previsões indicam que, dentro de 20 ou 30 anos, os aposentados já somarão perto de 30% da população brasileira.

7.2 - Reajuste de 6,08% revolta aposentados

Os aposentados e pensionistas que recebem acima do salário mínimo estão insatisfeitos com o reajuste de 6,08% concedido pelo governo federal no início do ano. A renda da categoria está aproximando-se rapidamente ao valor do mínimo. Este reajuste não oferece ganhos reais. Ao contrário, repõe somente a inflação acumulada medida pelo INPC do IBGE, enquanto a inflação medida pelo IPCA foi de 6,5%. Os aposentados reivindicavam 11,76%, o equivalente a 80% do PIB mais a inflação de 2012.

7.3 - Projeto pode mudar cenário atual de perdas

Os aposentados terão que intensificar a luta em 2013 para rever essa situação das perdas

Dados Referentes ao Brasil (II)

- ❖ Os acidentes de trabalho provocados pelo consumo de drogas
- ❖ lícitas ou ilícitas caíram 34%
- ❖ Os atrasos por parte dos trabalhadores caíram 30%.
- ❖ As faltas por motivo de doença ou incapacitação caíram 10%.
- ❖ O uso de álcool caiu 12,5%.
- ❖ O uso de drogas ilícitas caiu 53%.
- ❖ O número de fumantes caiu 16%.

O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODOC) em parceria com o SESI-RS implantou, a partir de 1994, um programa de Prevenção às Drogas no Ambiente de Trabalho e na Família.

A avaliação realizada em 30 empresas gaúchas participantes do projeto mostrou como resultados:

- ❖ ¾ das pessoas com problemas de abuso de álcool e drogas estavam empregadas;
- ❖ 75% dos adultos usuários de drogas ilícitas estavam
- ❖ Empregados;
- ❖ 81% dos bebedores pesados estavam empregados;
- ❖ 77% dos adultos dependentes de substâncias estavam empregados.

7.0 - A luta dos aposentados e pensionistas - recuperação das aposentadorias

Os aposentados e pensionistas do Brasil caso não sejam tomadas providências urgentes no sentido de se encontrar uma solução plausível para o problema que aflige os 9,1 milhões de beneficiários do Regime Geral da Previdência Social; Regime Urbano, ou previdência trabalhista e que recebem benefícios acima do piso previdenciário, ou valor referência no citado Regime, em breve passarão a receber um salário mínimo.

Estes são discriminados há 17 anos, com 08 anos da gestão de FHC, mais 08 anos do governo Lula, e mais 01 ano e meio da gestão de Dilma. Continuam sem perspectivas reais para uma solução justa e definitiva do grave e desumano problema que nos empurraram goela abaixo.

Beneficiários que ganham mais de um salário mínimo são os mais prejudicados. Nestes últimos 17 anos a vida das pessoas aposentadas certamente mudou em muito; a lista é extensa, mas quando se trata do poder de compra dos aposentados que ganham acima de um salário mínimo, a lista só fez encolher. Os reajustes dados pelo governo ao longo destes anos representam perdas salariais de quase 80% para os aposentados. De 1994 até este ano, são exatos 76,54% de perdas.

Estamos sofrendo há mais de 17 anos, os malefícios de uma política previdenciária perversa, insensível e desumana perpetrada pelo governo federal. Desde o Plano Real, este grupo acumula-se perda de 47% em relação à valorização do salário mínimo. Entra governante e sai governante e a nossa situação cada vez mais se complica, nos levando a uma situação desesperadora.

Estamos no ocaso de nossas vidas, após contribuir compulsoriamente por 35 e até 40 anos durante a nossa vida laboral, na certeza de que no final, teríamos uma aposentadoria digna, à altura das nossas contribuições. O que se vê, é um embuste, um estelionato, um genocídio.

1.0 – O Sindicato na luta dos Povos – Forum Social Mundial, março de 2013 – Tunísia.

Por: Marcondes Muniz

A luta solidária entre os povos para dar um basta ao capitalismo, ao imperialismo e militarismo, buscando alternativas aos abusos das corporações transnacionais, à ditadura dos meios de comunicação, o papel das mídias independentes e os ataques ao bem-estar social e ao meio-ambiente. Todos esses temas foram debatidos nos dias que compreenderam o Fórum Social Mundial em Túnis.

O Fórum Mundial de Mídia Livre começou dia 24 com um debate sobre rádios comunitárias, o direito à liberdade de expressão para todos com diversidade e pluralidade, a neutralidade da rede e a evolução da regulamentação da comunicação na América Latina e no mundo.

A CTB realizou atividade juntamente com a Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) e a Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar). “A Luta pela Paz, as Políticas Sociais Inclusivas e o Papel da Ciência e Tecnologia na Soberania dos Povos”, na Universidade El Manar, em Túnis, Tunísia, foram discutidos o papel das políticas sociais inclusivas do Brasil, de valorização do salário mínimo, de distribuição de renda, além das políticas na área da ciência e tecnologia e seu papel na busca pela soberania a partir do conhecimento.

Muito latente nesse Fórum foram debates e manifestações sobre o momento político, social e econômico que passa a Tunísia e os demais países do continente no movimento batizado de Primavera Árabe. Importantes relatos que nos fazem refletir que a mídia e os grandes representantes do capital, se utilizaram da ansiedade e avidez da população por mudanças para 'pegar carona' e montar estrutura de favorecimento do capital. Existem relatos, inclusive de cooptação de líderes do movimento. Relatos emocionados e depoimentos contundentes revelaram que mesmo após o movimento, ainda existe muito medo e muita insegurança em se expressar livremente. Nas atividades do Fórum houveram registros também de grupos ultrarradicalizados contrários a realização do FSM.

O FSM tem agora responsabilidade redobrada de articular e consensual de ações globais que deixem claro nossa oposição à globalização neoliberal. É inadiável a adoção de ações que barrem os abusos das transnacionais e do sistema financeiro, a retirada de direitos trabalhistas impostas por governos conservadores, apresentando propostas para a construção do outro mundo que queremos.

Daí a necessidade do Fórum Social, com o arco de entidades, movimentos e indivíduos que o compõem, adotar iniciativas, com entusiasmo e ousadia, para o enfrentamento político e ideológico ao retrocesso.

2.0 – Sindipetro – CE/PI - estratégias para grandes conquistas na região do Semiárido

Por Marcondes Muniz

Teresina sediou o I Congresso Estadual do(as) Petroleiros(as) no Estado do Piauí no dia 17 de abril de 2013, das 18h00 às 21h00, na sede da CTB-PI, tendo como tema "Uma Representação Classista ao Alcance de Todos - Emprego e Previdência Social no Brasil".

O Congresso teve como objetivos debater e reafirmar o compromisso classista do Sindipetro-CE/PI e da CTB-PI de uma agenda por um novo projeto de desenvolvimento com soberania e valorização do trabalho. Os diretores Marcondes Muniz(CTB-CE/ FUP/SINDIPETRO- CE/PI) e José Domingos(SINDIPETRO-CE/PI) tiveram essa honrosa missão de estabelecer o início de uma valiosa relação com os trabalhadores(as) que desenvolvem atividades do sistema Petrobrás no Piauí, com a CTB-PI, os sindicatos rurais e os movimentos sociais presentes a esse primeiro congresso realizado pelo Sindipetro-CE/PI no Piauí com a determinante visão de ser construída uma plataforma de luta que integre esse conjunto de trabalhadores(as)

Os petroleiros do Piauí e Ceará debaterão durante esses dias temas da maior relevância para os trabalhadores da categoria nos dois estados. As perspectivas de incremento das atividades de exploração de petróleo e gás, em águas profundas no Ceará e na Bacia do Parnaíba no Piauí exigem que se tenha uma visão clara por parte dos trabalhadores no aspecto da qualidade das relações de trabalho que darão sustentação a estes investimentos. Os arranjos produtivos que este setor econômico elabora, sacrificam a qualidade do trabalho, flexibilizam as modalidades de contratação, expõem os trabalhadores a uma condição insegura, promovendo a precarização e o adoecimento.

As reservas de gás natural da bacia do Parnaíba, recentemente estudadas pela ANP, já estão no alvo de outras empresas operadoras do setor petróleo. A OGX já comemora em seu portal o início da sua produção de gás natural para 2013. Essa empresa pretende viabilizar o suprimento de gás para 2 projetos de energia térmica já em construção no Piauí.

A 11ª Rodada de Licitações que a ANP divulgou recentemente, com previsão de acontecer nos dias 14 e 15 do mês de maio próximo, vai oferecer 20 blocos terrestres na Bacia do Parnaíba, sendo que 14 estão em 34 municípios do Piauí e o restante no Maranhão. A área total dos blocos é de cerca de 60 mil quilômetros quadrados e cada um deles tem em torno de três mil quilômetros quadrados. A ANP alega que o objetivo da 11ª Rodada é promover o conhecimento das bacias sedimentares, desenvolver a pequena indústria petrolífera e fixar empresas nacionais e estrangeiras no país, dando continuidade à demanda por bens e serviços locais, à geração de empregos e à distribuição de renda. Muniz entende que "Pela visão do Trabalhador, subtende-se que o órgão regulador sofre influência e pressão de entidades e empresas que defendem os interesses de um segmento de mercado dominado pelo capital privado. **LEILÃO É PRIVATIZAÇÃO** e somos todos contrários, defendemos uma regulamentação que zele pela nossa soberania em relação aos nossos recursos naturais e energéticos e uma PETROBRAS 100% estatal"

Muniz observa ainda "Um outro debate toma como referência o segmento de biocombustíveis nos dois estados. Como na discussão do petróleo a categoria reunida debaterá temas ligados às condições de trabalho, composição de efetivos, qualificação de mão de obra, montagem e operação de empreendimentos, incentivos e assistência à agricultura familiar no alcance da produção de oleaginosas e, equipamentos ligados a indústria dos biocombustíveis".

As entidades que representam os trabalhadores nos estados do Piauí e Ceará apontam como alternativa a necessidade de se ampliar a unidade das centrais e dos movimentos sociais, bem como a mobilização e a conscientização dos sindicatos e de suas bases, de forma a elevar o

Rurais, a partir das propostas apresentadas e negociadas com a Contag.

21– O país vivencia uma das maiores secas do semiárido nordestino. O esforço do governo em adotar medidas para debelar o problema é positivo, mas é preciso dizer que estas têm sido insuficientes e o que chega para as famílias atingidas são apenas migalhas.

22– É preciso que o governo efetive uma política de convivência com o semiárido e uma política consistente de caráter emergencial para atender e apoiar as famílias vítimas das calamidades naturais, que têm castigado nossos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

23– A manutenção da representação unitária dos agricultores familiares e assalariados do campo, assim como da unicidade sindical, é essencial.

24– No 11º Congresso da Contag, realizado em março deste ano, a preservação da autonomia, bem como a unidade na diversidade, foi um claro sinal de maturidade e de responsabilidade por parte das forças políticas que compõem as instâncias do MSTTR. O resultado foi uma chapa unitária encabeçada pelo companheiro Alberto Broch.

6.0 - A Problemática social da dependência química - trabalho e família

Por Paulo Gimenez – Petroleiro Aposentado

O problema da dependência química é hoje uma das questões fundamentais na nossa sociedade, isso é um consenso. O mesmo não se dá com a abordagem desse problema. Para muitos a questão das drogas é uma questão policial, para nós deve ser, acima de tudo, uma questão de saúde. A grande questão é: devemos delegar as políticas de combate à dependência química entre os trabalhadores da nossa categoria unicamente às empresas e governos? Se a resposta é que devemos participar ativamente dessa discussão, como fazer isso sem cair nas inúmeras armadilhas que estão por traz dos vários interesses em jogo?

O certo é que não podemos abrir mão dessa discussão, que, a nosso ver, parte do ponto inicial que é a diferenciação entre usuários eventuais e dependentes químicos, que são problemas diferentes e requerem igualmente tratamentos distintos. Isto posto, é hora de nos debruçarmos sobre essas questões, para a construção de uma política que leve em conta nossas ideias e principalmente que tenha capacidade de, com respeito à dignidade da pessoa humana, garantir a reintegração na sociedade, na família e no trabalho.

Dados Referentes ao Brasil (I)

O uso indevido de álcool e outras drogas estão relacionados com:

Segundo cálculos do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), o Brasil perde por ano US\$ 19 bilhões por absenteísmo, acidentes e enfermidades causadas pelo uso do álcool e outras drogas por trabalhadores.

- ❖ Cinco vezes mais chances de ocorrer acidentes de trabalho.
- ❖ Três vezes mais licenças médicas do que as concedidas para outras doenças.
- ❖ 50% do total de absenteísmo e licenças médicas.
- ❖ Oito vezes maior a utilização de diárias hospitalares.
- ❖ Três vezes maior a utilização de assistência médica e social das empresas por parte dos familiares.

Mas com ações proativas podemos reverter esta situação,

rurais do campo, aumentando a violência, intensificando a superexploração dos assalariados e provocando a degradação ambiental. Ele está na contramão do projeto de desenvolvimento rural para o Brasil defendido pela Contag.

12– O enfrentamento da crise mundial exige do nosso governo mais que criatividade e força política. Exige decisão política sobre o modelo de desenvolvimento que desejamos para o Brasil. O movimento liderado pela Contag vem construindo e implementando o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS). É um projeto político que tem como pilares estruturadores a realização da reforma agrária ampla e massiva e a valorização da agricultura familiar, com o objetivo estratégico e central de promover a soberania alimentar e melhorar as condições de vida e trabalho.

13– Os governos do presidente Lula e da presidenta Dilma vêm implantando políticas de inclusão social, com instrumentos importantes de transferência de renda, tirando milhões de famílias da miséria e pobreza extrema. Porém, não se percebe a mesma postura de enfrentamento ao atual modelo agrícola e à estrutura agrária atrasada e perversa, responsável pela violência e pobreza no meio rural.

5.7 - Reforma agrária

14– É uma vergonha para o Brasil ter ainda milhares de trabalhadores e trabalhadoras vivendo sob lonas pretas, em beiras de estradas. Nossos trabalhadores despossuídos querem um pedaço de terra para trabalhar, sustentar a família e ajudar o país a produzir alimentos.

15– É preciso superar os problemas históricos deste modelo agrário e adotar políticas estruturantes para o campo, revendo a atual política de reforma agrária. É urgente e necessário que a presidenta Dilma e seu governo encarem esta realidade, levando em conta as propostas e contribuições da Contag.

16– É preciso, também, ampliar e efetivar políticas que visem o fortalecimento da agricultura familiar, voltadas para a soberania e a segurança alimentar. Temos conquistados políticas importantes para a Agricultura familiar a exemplo do Pronaf, PAA e PNAE, porém elas precisam ser revisadas, atualizadas para que possam atender todos os agricultores.

17– É imprescindível que a Embrapa, maior empresa de pesquisa do país, tenha por princípio a pesquisa e a geração de um novo padrão tecnológico, que seja sustentável, pautado na agroecologia e adequado para a agricultura familiar. É preciso implantar uma Política Nacional de Assistência Técnica, interligada com a pesquisa e a geração de tecnologias, que apoie efetivamente a produção e comercialização da agricultura familiar.

18– Urge, igualmente, realizar um programa de formação para as nossas cooperativas e associações melhorarem sua capacidade de produção e comercialização.

5.8 - Assalariados

19– Os trabalhadores assalariados e assalariadas rurais enfrentam graves problemas como a informalidade, o trabalho precário e o trabalho escravo, além da redução dos postos de trabalho no campo em virtude da mecanização e, conseqüentemente, o desemprego.

20 – A garantia do direito ao trabalho decente no campo é condição fundamental para a superação da pobreza e para a promoção do desenvolvimento sustentável. Por isso, é urgente que a presidenta Dilma implante a Política Nacional para os **Assalariados e Assalariadas**

protagonismo da classe trabalhadora na luta política, em confronto com os interesses dos grandes capitalistas, latifundiários e imperialistas.

4.0 - A Conjuntura Internacional

Fonte: CTB Nacional

1 – A crise do capitalismo iniciada em 2007 nos EUA, que depois migrou para a Europa com repercussões em todo o mundo, é a maior da história e já consumiu mais de 15 trilhões de dólares, dinheiro injetado a pretexto de debelar as turbulências, mas que na verdade teve o objetivo de salvar os bancos e o sistema financeiro, principais responsáveis pela crise.

2 – A crise expõe as contradições do sistema capitalista. Antes, tivemos a pregação neoliberal que advogava a liberalização do “deus mercado” e o Estado mínimo, agora lançam mão dos recursos públicos e de uma intervenção governamental inédita para salvar bancos e grandes empresas falidas. As medidas agravaram os problemas. Os recursos financeiros que sobram para salvar o sistema são os mesmos que faltam à classe trabalhadora. Castigada com o desmantelamento do chamado estado de bem-estar social, é esta quem está pagando a conta.

3 – Os efeitos colaterais mais notáveis das políticas adotadas por esses governos foram o tsunami monetário denunciado pela presidenta Dilma, que acirra a guerra cambial e comercial, e a explosão da dívida pública e dos desequilíbrios fiscais e comerciais na Europa e EUA, fatos que elevaram a crise a um novo patamar.

4 – A Europa vive uma encruzilhada histórica. Países como Grécia, Portugal, Irlanda e Espanha, entre outros, perderam a soberania sobre as políticas monetária, cambial e fiscal e aplicam os pacotes da troika (FMI, Banco Central Europeu e UE). O objetivo é desmantelar o Estado de Bem-Estar Social e reduzir o custo do trabalho para recompor e ampliar os lucros capitalistas, recuperar competitividade e enfrentar a concorrência asiática. Isto significa redução dos salários, desemprego em massa (que na Grécia e Espanha é o ingrato destino de mais de 50% dos jovens), aumento da jornada de trabalho, privatizações, flexibilização dos contratos, aumento de impostos para os pobres, cortes nos gastos governamentais, precarização dos serviços públicos. A receita neoliberal da troika agrava a crise ao reduzir as dimensões dos mercados internos. É visível o aguçamento da luta de classes em toda a região e especialmente nos países mais endividados. Ao longo dos dois últimos anos foram realizadas dezenas de greves gerais e manifestações de massa contra os pacotes ditados pelo FMI na Grécia, Portugal, Espanha e outros países. O movimento sindical é o principal protagonista da resistência à receita recessiva da troika. O decadente capitalismo europeu já não é compatível com o bem-estar social e a soberania das nações.

5 – Embora global, a crise se manifesta de modo desigual nas diferentes nações e regiões do planeta, acentuando os efeitos do desenvolvimento desigual. Nisto reside sua característica política mais relevante. Os estragos são maiores na Europa, especialmente nos países naufragados na dívida externa (submetidos à troika); nos Estados Unidos e no Japão. A China, mesmo desacelerando, não parou de crescer e registra expansão média do PIB em torno de 9% a.a desde 2007. A Ásia, de uma forma geral (excetuando Japão), saiu-se bem melhor até agora.

6 – Ao fortalecer o poderio econômico da China, em ascensão há décadas, e aprofundar o declínio dos EUA e Europa, a crise acelerou o deslocamento do poder econômico global do chamado Ocidente para o Oriente. A China já é a maior potência industrial e comercial do mundo, fato que repercute na geopolítica e na balança do poder mundial, pois reflete o processo de esgotamento da ordem econômica imperialista oriunda dos acordos celebrados em Bretton Woods (EUA, 1944), que sacramentaram a hegemonia estadunidense. A crise econômica converge e se entrelaça, deste modo, com uma crise de caráter geopolítico em gestação, de tal modo que com ela se confunde. É muito mais uma crise dos EUA, da Europa e do Ocidente do que da China, Índia ou do Oriente.

7 – Desta realidade emana a necessidade objetiva de uma nova ordem geopolítica. Em certa medida o mundo já vive um processo de transição nesta direção, embora o futuro não seja desenhado de antemão. A criação e consolidação do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) como bloco econômico e político, que já responde por mais de 50% do crescimento mundial. Os acordos celebrados recentemente na cúpula da África do Sul para a realização de transações comerciais e financeiras com base nas moedas próprias, excluindo o dólar, criação de um banco de desenvolvimento e um fundo monetário do grupo, sinalizam a construção de um novo sistema monetário. Trata-se de novas articulações econômicas e instituições alternativas à atual ordem, fundada na hegemonia do dólar e em órgãos como o FMI e Banco Mundial que, sob a máscara do multilateralismo, são dominadas pelos EUA e União Europeia e servem os interesses imperialistas do chamado Ocidente.

8 – Após as derrotas impostas ao neoliberalismo com a eleição de vários líderes progressistas, começando por Chávez na Venezuela em 1998, a América Latina vive um novo cenário político sintonizado com a transição para uma nova ordem mundial. Também por aqui é notório e sensível o declínio econômico e político dos EUA, bem como o avanço da China e também da diplomacia brasileira. As iniciativas de integração em curso nos países da região, associadas às políticas de redistribuição da renda e redução das desigualdades sociais, estão desenhando um novo arranjo geopolítico, na contramão do projeto imperialista dos EUA.

9 – A nova ordem regional vai se definindo em oposição ao projeto neoliberal e imperialista dos EUA, através da negação do projeto da Alca; do combate aos acordos bilaterais de livre-comércio e a outras iniciativas estimuladas e comandadas pelo império; do esvaziamento da OEA com a criação da Celac, hoje presidida por Cuba; da ampliação do Mercosul; do fortalecimento da Unasul; da rica experiência da Alba e de outros acontecimentos do gênero.

10 – Hugo Chávez, comandante da revolução bolivariana, teve um papel central nas iniciativas de integração latino-americana. Sua morte prematura dia 5 de março deste ano, aos 58 anos, comoveu grande parte da população da Venezuela e as forças progressistas e antiimperialistas na América Latina e em todo o mundo. Seu exemplo de coragem e determinação, que despertou a ira da mídia a soldo do imperialismo, continuará inspirando a luta dos povos pela libertação nacional e social, contra o capitalismo e pelo socialismo.

4.1 - Em decadência, EUA ficam mais agressivos

11– O crescimento das relações comerciais e financeiras com a China (que desde 2009, depois de deslocar os EUA, é a principal parceira do Brasil), embora gerando tensões e contradições

realizou diversas mobilizações em defesa dos direitos da categoria e conquistou políticas que melhoraram a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

5.6 - Conquistas

3– Consciente de seu papel e importância no cenário político, a entidade também atuou de forma decisiva para as eleições do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff, sem comprometer a sua independência, autonomia e capacidade de crítica e de mobilização durante estes governos. Protagonizou a luta pela reforma agrária e conseguiu assentar milhares de famílias sem terra.

4– Com o Grito da Terra Brasil, conquistou políticas como o Pronaf, PAA e PNAE, o que fortaleceu e valorizou nossa agricultura familiar, hoje exemplo para todo o mundo. Melhorou a qualidade de vida e de produção dos agricultores e agricultoras familiares. Consequentemente, aumentou a produção de alimentos, garantindo a soberania e a segurança alimentar do Brasil.

5– A Contag liderou greves, negociou e conquistou acordos e dissídios coletivos para melhorar as condições de trabalho e a remuneração dos assalariados e assalariadas rurais. A categoria conquistou políticas públicas de proteção social, com a inclusão dos rurais no Regime Geral da Previdência Social, garantindo a igualdade de direitos entre urbanos e rurais e entre homens e mulheres do campo.

6– Consagrou o Sistema Único de Saúde (SUS) e conquistou recentemente o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo). A partir de 2009 foi implementado o Programa Nacional de Habitação Rural, através do Ministério das Cidades, que facilita a aquisição da casa própria no campo.

7 – Muito já foi feito e conquistado e isto precisa ser devidamente valorizado, pois é parte da história. Porém, ainda resta muito a fazer para que todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais tenham terra, trabalho, meios de produção e proteção social, para que possam viver com dignidade e respeito no campo brasileiro.

8– O movimento não pode e não vai parar de lutar enquanto houver pobreza, desigualdade e injustiça social no campo brasileiro. É preciso reconhecer e reafirmar a importância dos diversos sujeitos políticos para o fortalecimento do movimento sindical e para a sociedade brasileira.

Jovens e mulheres

9– Cumpre destacar o papel desempenhado pelas mulheres trabalhadoras rurais, pela juventude e pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais da terceira idade. A capacidade de mobilização é realçada no Grito da Terra Brasil (que neste ano vai realizar sua 19ª edição), na Marcha das Margaridas, no Festival da Juventude e na Marcha dos Assalariados e Assalariadas Rurais.

10– Mas são enormes os desafios que precisam ser enfrentados. Apesar de todas as lutas e conquistas, estas não foram suficientes para romper com a atual estrutura agrária, que concentra a maioria das terras na mão de poucos. Este modelo agrário é o mais injusto do mundo e responsável pela violência no campo e pelo assassinato de centenas de trabalhadores rurais e dirigentes sindicais.

11– Atualmente caracterizado de agronegócio, tal modelo prioriza a agroexportação promovida por grandes empresas capitalistas e vem excluindo milhares de trabalhadores e trabalhadoras

escandalosos de rotatividade da mão de obra. Para contornar esses problemas é essencial ratificar a Convenção 158 da OIT, aprovar a PEC contra o trabalho escravo, punir a exploração do trabalho infantil, regulamentar o princípio constitucional que impede as demissões imotivadas, bem como o que prevê a proteção do trabalhador face aos efeitos da automação, que sob o capitalismo, em vez de reduzir jornada, é fonte de desemprego e desqualificação profissional.

5.4 - 70 Anos da CLT e defesa dos direitos sociais

27 – O projeto nacional da classe trabalhadora é substancialmente distinto do projeto e propostas do empresariado, embora existam convergências pontuais, como ficou demonstrado no Grito de Alerta realizado no primeiro semestre do ano passado. Em nome do aumento da produtividade e da competitividade, os capitalistas advogam a redução dos direitos sociais e a depreciação do trabalho. É o que sugere, por exemplo, a proposta de reforma trabalhista (regressiva e neoliberal) da CNI. Em oposição ao neoliberalismo, a agenda da Conclat considera a valorização do trabalho como uma fonte de desenvolvimento via fortalecimento do mercado interno, o que ficou suficientemente demonstrado pela experiência dos últimos dez anos. O sindicalismo classista não pode e nem vai abrir mão desta concepção progressista.

28 – A ofensiva do capital contra o trabalho é um fenômeno global que se verifica também por aqui, malgrado a mudança do cenário político. Está na ordem do dia a defesa da manutenção e ampliação dos direitos sociais. Neste ano a CLT completa 70 anos sob o fogo cerrado do capital. Realizar uma grande campanha em defesa da CLT e da manutenção e ampliação dos direitos sociais é tarefa que a CTB e o sindicalismo nacional devem se propor ao longo deste ano. A fonte dos direitos sociais é a luta da classe trabalhadora contra a opressão capitalista.

29 – O sindicalismo classista defende o fortalecimento do Estado nacional numa perspectiva popular, conferindo-lhe um novo papel, em oposição à concepção neoliberal de Estado mínimo. Em âmbito nacional, na promoção do desenvolvimento, e igualmente no processo de integração da América Latina e no desenho de uma nova ordem mundial, o Estado tem um papel central a desempenhar. A crise do capitalismo neoliberal ajuda a evidenciar esta realidade, revelando os limites e desequilíbrios da iniciativa privada e do mercado. Neste sentido, é preciso recuperar a capacidade de investimento e planejamento do setor público, bem como valorizar e ampliar o quadro de servidores públicos, resgatando o desenvolvimento e crescimento profissional na carreira.

5.5 - A luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais

1 – Liderado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que neste ano celebra 50 anos, o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais conquistou importantes vitórias ao longo dos últimos anos. A unidade, defendida de forma firme e consequente pelos dirigentes da confederação – que se consolida como a maior entidade camponesa da América Latina –, com 20 milhões na base, foi essencial aos êxitos.

2 – A Contag sempre lutou pela justiça e democracia no Brasil. Foi para as ruas contra a ditadura militar, em defesa da anistia, na mobilização pelas eleições diretas e na convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Durante a elaboração da Constituição Federal de 1988,

no setor industrial, está reduzindo a dependência comercial e financeira dos países latino-americanos em relação aos EUA, respaldando um projeto de integração alternativo, contra-hegemônico. A criação do banco de desenvolvimento, do fundo monetário do Brics, bem como a exclusão do dólar nas transações econômicas, podem nos livrar das garras do FMI, do Banco Mundial e da ditadura do dólar. Não é sem razão que a China é vista como uma ameaça à hegemonia dos EUA na região, historicamente considerada como um mero quintal do império.

12 – Diante da decadência econômica, as potências capitalistas recorrem cada vez mais ao poder militar para manter a hegemonia. As guerras que infernizam a vida dos povos na África e no Oriente Médio (Mali, Iraque, Afeganistão, Líbia, Síria) são obras do imperialismo, crimes que os governos dos EUA, França, Inglaterra e Otan cometem para expropriar as riquezas naturais dessas nações (petróleo, ouro, diamante, urânio) sob a máscara da guerra ao terror, defesa dos direitos humanos, liberdade e democracia. A mentira, a hipocrisia, a inversão da realidade e a dupla moral reveladas nas provocações diuturnas contra o Irã e a Coreia do Norte, a cumplicidade com os crimes praticados por Israel contra os palestinos e o infinito cinismo das potências capitalistas são amplamente respaldados pela mídia burguesa em todo o mundo, o que transforma a máxima de que a primeira vítima da guerra é a verdade numa cruel realidade. A potência hegemônica (EUA) conta com mais de 800 bases militares instaladas em mais de 50 países e ostenta, hoje, uma supremacia militar incontestável e sem rival.

13 – Nossa América Latina não está à margem dos riscos embutidos na crescente agressividade do imperialismo, que por aqui se manifesta na reativação da 4ª Frota, na instalação de novas bases militares na Colômbia e no Panamá, nos golpes em Honduras e no Paraguai, nas iniciativas golpistas na Venezuela, Equador e Bolívia. No plano econômico, depois da derrota da Alca, os EUA buscaram outros meios de impor seu projeto imperialista e sabotar as iniciativas de integração regional, negociando acordos de livre comércio com alguns países e estimulando a Aliança do Pacífico (que reúne México, Colômbia e Chile, países onde ainda conta com governos aliados) em oposição ao Mercosul e à expansão comercial e financeira da China na AL.

14 – O acordo comercial entre Estados Unidos e União Europeia, anunciado recentemente por Barack Obama, também é uma reação à ascensão da China e ao fortalecimento do Brics. Pode se revelar, porém, um abraço de afogados, já que o declínio das potências ocidentais reflete desequilíbrios estruturais e não parece muito propenso à reversão. O império manobra para recuperar a liderança sobre as transações comerciais, que perdeu para a China. Essas iniciativas e a exacerbação da agressividade e ameaças militares são sinais de que o caminho na direção de uma nova ordem internacional, a exemplo do que ocorreu com outras transições geopolíticas no passado, não será pacífico.

4.2 - Defesa do socialismo e de uma nova ordem mundial

15 – A crise revela os limites históricos do modo de produção capitalista e contribui para evidenciar os riscos de barbárie que o imperialismo encerra, configurados nas duas guerras mundiais que ceifaram mais de uma centena de milhões de vidas no século 20 e, atualmente, na crescente agressividade dos EUA e da Otan. Avulta, neste contexto, a necessidade de

reiterar a propaganda e intensificar a luta pela paz e pelo socialismo, ideal maior da classe trabalhadora.

16 – A CTB, a exemplo da FSM, compreende que só o socialismo pode trazer uma solução definitiva para as perturbações recorrentes da economia e os retrocessos sociais que se verificam inevitavelmente sob o capitalismo, bem como evitar a possibilidade de guerra abrir caminho para uma paz perene entre os povos, com absoluto respeito ao direito das nações à autodeterminação.

17 – A luta em defesa classe trabalhadora no Brasil passa pela integração da América Latina a partir da América do Sul. É imperioso participar deste processo e rechaçar os tratados de livre comércio e outras iniciativas dos EUA para manter o domínio da região; lutar, através do Encontro Sindical Nossa América (ESNA), para elevar o nível de intervenção política e o protagonismo da classe trabalhadora, do sindicalismo e dos movimentos sociais no processo em curso.

18 – Defender projetos nacionais de desenvolvimento com integração e valorização do trabalho na região, com a concepção de uma integração antineoliberal, no espírito da Alba, democrática, soberana e solidária, a caminho do socialismo, comandada pelos Estados e não pelos mercados, visando à redistribuição da renda e o bem-estar social em todas as nações que constituem a Nossa América. Batalhar pela viabilização do Banco do Sul, respaldar as iniciativas do Brics e outras que desenham uma nova arquitetura financeira mundial e regional alternativa ao FMI, Banco Mundial e BID. Defender a ampliação dos investimentos em infraestrutura para viabilizar a integração física.

19 – Merece destaque a luta pelo Estatuto da Cidadania do Mercosul, que realça a necessidade de ampliar a unidade e a mobilização da classe trabalhadora, sindicatos e movimentos sociais e globalizar as lutas sociais na região e universalizar os direitos sociais. Não queremos apenas uma área de livre circulação de mercadorias e capitais, almejamos liberdade e igualdade para todos os seres humanos que habitam a região. É preciso cobrar o fim do criminoso bloqueio dos EUA contra Cuba, defender a soberania argentina sobre as Malvinas, a retirada de todas as bases militares dos EUA no subcontinente e das tropas estrangeiras no Haiti, bem como, o imediato fechamento de Guantánamo.

5.0 - A Conjuntura Nacional

1 – A conjuntura nacional está estreitamente entrelaçada com a conjuntura internacional e não pode ser bem compreendida isoladamente. Os efeitos da crise mundial na economia brasileira transparecem no comportamento do PIB, que caiu 0,6% em 2009, registrou forte recuperação em 2008 (7,5%) e desaceleração em 2011 (2,7%) e 2012 (0,9%), num cenário agravado pela recessão da indústria e a preservação de uma política fiscal e cambial conservadora.

2 – Os problemas são amenizados pelas políticas de valorização do trabalho, combate à miséria e melhor distribuição da renda, patrocinadas pelo governo democrático iniciado em 2003 e que perdura até hoje, assim como pelas medidas de proteção à indústria, redução da taxa de juros e do spread, investimentos em infraestrutura e no PAC, entre outras. Graças a essas iniciativas, apesar da desaceleração da economia e do recuo da indústria, a renda do trabalho continuou em alta, alimentando o consumo doméstico e fomentando um crescimento

financiamento público exclusivo das campanhas políticas para coibir a ação do poder econômico e aprofundamento da democracia participativa;

k) O desenvolvimento preconizado pela Conclat não pode ser resultado da destruição da Natureza. Ao mesmo tempo em que defende a proteção ao meio ambiente, a CTB se diferencia de grupos ambientalistas, com financiamento externo e movidos por interesses obscuros, que fazem do ambientalismo uma bandeira de oposição ao desenvolvimento nacional, como se vê especialmente no ramo hidrelétrico.

22 – Ao mesmo tempo, a CTB deve desenvolver a luta contra a desnacionalização da economia brasileira, reivindicando regras mais rígidas para o ingresso de capital estrangeiro no país e as aquisições estrangeiras, que pouco ou nada contribuem para o aumento da taxa de investimento e a expansão das forças produtivas nacionais. É inadmissível que o Brasil seja um dos únicos países do mundo a não cobrar imposto sobre as remessas dos lucros e dividendos das multinacionais ao exterior. É preciso restringir e taxar essas remessas, destinando os impostos arrecadados à ampliação dos investimentos públicos em educação e infraestrutura, o que vai contribuir para a elevação da taxa de investimentos. Pressionar pela aprovação da PEC que reintroduz na Constituição a distinção entre empresas brasileiras e estrangeiras, proposta pelo dirigente da CTB e deputado federal Assis Melo (PCdoB-RS).

23 – Interligado à desnacionalização, a desindustrialização é outra grande ameaça ao futuro do país. Não restam dúvidas de que o crescimento da China beneficiou o Brasil, assim como outros países da América Latina e do Brics, por seus impactos positivos nos preços relativos das commodities e os termos do intercâmbio mundial de mercadorias. Mas o relacionamento comercial com a nova potência asiática, que em 2009 passou a ser nossa principal parceira comercial, também encerra riscos para a indústria aqui instalada e estimula a reprimarização da economia, pois é baseada na exportação de produtos primários e importação de industrializados, reproduzindo a divisão internacional do trabalho de caráter neocolonial que tanto criticamos. Faz-se necessário adotar uma nova política industrial e aprofundar as medidas de proteção e incentivo às empresas nacionais, privilegiando os ramos que desenvolvem tecnologia de ponta. A desindustrialização é um problema que antecede a crise e decorre das distorções inerentes ao atual modelo de desenvolvimento.

24 – A relevância da bandeira da democratização dos meios de comunicação cresce na medida em que a mídia hegemônica (ou burguesa) escancara sua parcialidade e reacionarismo político, hostiliza os movimentos sociais, buscando criminalizar as lutas, e toma partido ostensivamente a favor da direita neoliberal e do imperialismo.

25 – A luta pela igualdade entre homens e mulheres, negros e brancos, adultos ou jovens é essencial. A discriminação no mercado de trabalho, com salários inferiores para mulheres, negros e jovens, é um meio que o capitalismo usa para aumentar os lucros intensificando a exploração da força de trabalho.

26 – O mercado de trabalho brasileiro, não obstante os avanços recentes, é ainda marcado pelo elevado grau de flexibilização e precarização. Cerca de 50% dos trabalhadores e trabalhadoras são informais. O trabalho de crianças e menores adolescentes ainda é uma realidade para milhões. O trabalho escravo também não foi erradicado. Além disto, o país convive com índices

para a elaboração de projetos que afetam os interesses da classe (rodovias, ferrovias, energia, portos e aeroportos), em contraste com o tratamento VIP dispensado aos donos do capital, beneficiados com uma controvertida política de concessões, através das chamadas Parcerias Público Privadas (PPPs) no setor de infraestrutura, que abre caminho à privatização, restringe o papel do Estado no desenvolvimento nacional e constitui um precedente perigoso. Felizmente, a audiência concedida aos presidentes das centrais após a 7ª Marcha da Classe Trabalhadora em Brasília e o discurso proferido pela presidenta no congresso da Contag, em que prometeu acelerar a reforma agrária, sinalizou uma mudança positiva de conduta. Na audiência com os presidentes das centrais, dia 6 de março, a presidenta se comprometeu a trabalhar pela regulamentação da Convenção 151 da OIT e expressou apoio à luta pelas 40 horas semanais.

19 – Para dar continuidade ao ciclo inaugurado pelo governo Lula e, avançar nas mudanças com valorização do trabalho, é imperioso ampliar a capacidade de mobilização e o protagonismo político da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, que devem marchar unidos na luta por um novo projeto nacional de desenvolvimento.

5.3 - Lutar pela agenda da conclat

20 – Na atual conjuntura, a CTB, em aliança com as demais centrais, deve lutar pela concretização da agenda por um novo projeto de desenvolvimento com valorização do trabalho, soberania e democracia, aprovada na 2ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), realizada em junho de 2010 no estádio do Pacaembu em São Paulo.

21 – Para avançar nas mudanças com valorização do trabalho é preciso mobilizar forças, participar ativamente nas eleições de 2014 visando barrar o risco de retrocesso neoliberal, eleger em todos os níveis candidatos identificados com os interesses e ideais da classe trabalhadora e defender uma repactuação política. Esta deve envolver os partidos progressistas, sindicatos e movimentos sociais, setores do empresariado e da chamada sociedade civil, em torno de um novo projeto de desenvolvimento nacional e levantando as seguintes bandeiras:

- a) Redução constitucional da jornada para 40 horas semanais sem redução de salários;
- b) Aprofundar a mudança na política macroeconômica visando: maior redução das taxas de juros e spread; fim do superávit primário e da DRU; ampliação dos investimentos públicos; controle do câmbio, do fluxo de capitais e taxação das remessas de lucros;
- c) Universalização das políticas públicas garantindo saúde e educação de qualidade para todos; 10% do PIB para educação pública e 10% do orçamento da União para o SUS;
- d) Ratificação da Convenção 158 e regulamentação da Convenção 151 da OIT;
- e) Rigorosa regulamentação da terceirização; proibição da terceirização no setor público, onde o pre enchimento de novos postos de trabalho deve ser precedido por concursos;
- f) Fim do fator previdenciário e revalorização das aposentadorias e pensões;
- g) Fim da discriminação contra mulheres, negros e jovens no mercado de trabalho;
- h) Reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar;
- i) Reforma tributária progressiva, com taxação das grandes fortunas e heranças;
- j) Aprofundamento da democracia: reforma do Judiciário; reforma e democratização da mídia;

de 8,4% das vendas no varejo em 2012. A taxa média de desemprego nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE desceu a 5,5% no ano passado, a menor da série histórica iniciada em 2003, quando bateu em 12,3%. Todavia, o baixo crescimento econômico reduziu em 41,94% o número de novos postos de trabalho com carteira assinada criados em 2012 em relação a 2011.

5.1 - Um ciclo de mudanças promissor

3 – Nos 10 anos de governo progressista, iniciados em 2003 com a posse de Lula, o Brasil vivenciou mudanças políticas e sociais significativas. O povo brasileiro conquistou vitórias históricas nas eleições de 2002, 2006 e 2010, tendo o movimento sindical participado ativamente e em geral de forma unitária nessas batalhas. Um ciclo de mudanças promissor está em curso, sintonizado com o novo cenário político da América Latina e é o ponto de partida para as transformações sociais mais profundas demandadas pela nação. Os governos Lula e Dilma, integrados por partidos de esquerda, centro e centro-esquerda, abriram espaço para maior participação e protagonismo político da classe trabalhadora e seus representantes. As centrais foram legalizadas e reivindicações relevantes do sindicalismo, como a política de valorização do salário mínimo e a extensão dos direitos ao trabalho doméstico, foram contempladas. A ideia de um projeto nacional de desenvolvimento, desprezada pelos neoliberais, foi retomada e o PIB cresceu 40,7% entre 2003 e 2011. Lula encontrou uma herança maldita, o neoliberal FHC deixou o país quebrado nas mãos do FMI, recuado para a 10ª posição no ranking mundial das maiores economias e com uma taxa de desemprego superior a 20%. Hoje, o Brasil é a sexta maior economia do mundo.

4 – O governo eleito em 2002 mudou a política externa, rejeitou o servilismo diante dos EUA e Europa que caracterizou a diplomacia tucana e adotou uma postura ativa e soberana, que confrontou a Alca, priorizou a integração latino-americana, a ampliação e fortalecimento do Mercosul, a intensificação do comércio Sul-Sul e a parceria estratégica com a China e outros membros do Brics. O Brasil, hoje, já não está de joelho frente ao imperialismo; é uma nação muito mais respeitada e influente na comunidade internacional.

5 – Apesar da preservação de certo conservadorismo na política econômica, o governo progressista procura um caminho de desenvolvimento. Criaram-se novas regras para exploração do pré-sal e milhões de brasileiros e brasileiras foram resgatados da miséria absoluta e do desemprego.

6 – A distribuição da renda nacional melhorou sensivelmente, inclusive nos anos de crise, e a desigualdade social, embora ainda elevada, recuou ao menor patamar desde os anos 1960, basicamente em função da expansão da renda do trabalho. A população com renda domiciliar per capita abaixo da linha de pobreza despencou de 24,4% em 2003 para 10,2% em 2011.

7 – A direita neoliberal, capitaneada pela dupla PSDB/DEM, sofreu notável esvaziamento político. Mantém, ainda, forte influência entre as elites econômicas, no Poder Judiciário e, especialmente, na mídia burguesa, que dita a agenda da oposição e se transformou no principal instrumento da direita brasileira e da ideologia e interesses do imperialismo. Opõe-se a todas as iniciativas progressistas do governo seja em relação à política externa, saudosas da postura servil frente aos EUA, ou no plano doméstico, adotando um tom ostensivamente hostil ao

governo e seus aliados no Congresso Nacional, difamando a Petrobras, que pretendia mas não conseguiu privatizar, e pressionando pela alta dos juros, a pretexto de combater a inflação. Assim desenha o caminho da oposição para as cruciais eleições de 2014. Contra o ciclo de mudanças unem-se o imperialismo e seus aliados locais, as forças conservadoras doutrinadas no neoliberalismo, os rentistas e os monopólios midiáticos, empenhados em acirrar a luta política com obscuros propósitos golpistas. A possibilidade de retrocessos não pode ser desprezada e para barrá-la é essencial a unidade das forças progressistas e do movimento sindical.

5.2 - Pedras no caminho do desenvolvimento nacional

8 – Apesar dos avanços e conquistas ocorridas ao longo dos últimos 10 anos, ainda são muitos os obstáculos no caminho de um novo projeto nacional de desenvolvimento com soberania e valorização do trabalhador defendido pelas centrais sindicais. O governo insiste numa orientação macroeconômica conservadora (muito embora tenha reduzido os juros), estabelecendo metas de superávit fiscais recessivas e mantendo o compromisso com o câmbio flutuante que, em associação com a manipulação do câmbio pelos EUA e Europa através da política monetária, é apontada por especialistas como a principal causa da desindustrialização em curso na economia brasileira. O fraco desempenho do PIB tem muito a ver com a política macroeconômica e enfraquece a posição do Brasil no mundo e na América Latina, além de comprometer os avanços.

9 – O processo de desnacionalização da economia tem avançado de forma preocupante nos últimos anos. No ano passado, 296 empresas nacionais foram adquiridas por capitalistas estrangeiros. Em 2011, foram 208 e em 2010, 175. As operações de fusões e aquisições traduzem o processo de concentração e centralização do capital pelo globo. Investidores dos EUA, alavancados pela política monetária expansionista do Federal Reserve (o banco central estadunidense, que oferta juros a 0% e promove o chamado tsunami monetário), estão entre os maiores beneficiários da desnacionalização, mas foram as empresas chinesas que mais investiram em fusões e aquisições no Brasil entre 2009 e 2011.

10 – Embora negligenciado pela equipe econômica do governo, este processo é nocivo para o desenvolvimento nacional por mais de uma razão: obstrui o desenvolvimento tecnológico do país, visto que a decisão sobre o investimento dos lucros obtidos no país, especialmente em pesquisa e tecnologia, ocorre nas matrizes; estimula a desindustrialização, pois no setor industrial as empresas adquiridas priorizam a compra de componentes e bens intermediários no exterior em detrimento da indústria nacional. As aquisições ampliam o passivo externo, as remessas de lucros e dividendos ao exterior e o déficit em conta corrente. As remessas cresceram mais de cinco vezes entre 2004 e 2011, perfazendo o valor acumulado de 404 bilhões de dólares no período. O efeito mais nocivo da remessa de lucros às matrizes reside na sua contribuição para a redução da taxa de investimentos interna e, por consequência, do potencial de crescimento do PIB.

11 – Associado à desnacionalização, a desindustrialização da economia é outro grave obstáculo ao desenvolvimento. Em 1985, segundo estatísticas do IBGE, a indústria de transformação respondeu por 27,2% do valor adicionado à economia brasileira (PIB). Já em 2012, o

percentual tinha caído a 13,3%, o menor desde 1958. O nível de emprego no setor declinou 28% entre 1985 e outubro de 2010. O governo Dilma tomou medidas para incentivar a produção industrial, embora sem abandonar o compromisso com o câmbio flutuante, apontado por muitos como principal causa da baixa competitividade da indústria instalada no Brasil, que fechou o ano 2012 com a produção em queda de 0,8% em relação a 2011. Mais preocupante foi o comportamento dos investimentos (aquisição de máquinas, equipamentos e realização de obras de construção civil), que declinaram 4% no ano, estacionando em 18,1% do PIB, segundo o IBGE.

12 – A indústria tem sido e é o principal motor do desenvolvimento das nações na história moderna e contemporânea. A ascensão da China à condição de primeira potência comercial do planeta, depois que o valor da sua produção industrial superou a dos EUA, é uma prova vigorosa disto. Inversamente, o declínio do poderio econômico relativo da maior potência capitalista do globo está estreitamente associado à desindustrialização. A ideia de que vivemos uma sociedade pós-industrial ou uma “economia do conhecimento” não tem correspondência na realidade. Não se pode negligenciar a relevância de defender, proteger e estimular o setor.

13 – Também têm de ser enfrentadas as ameaças ao pacto federativo decorrentes das desigualdades regionais e assimetria na distribuição dos recursos públicos. Mais de 60% dos impostos arrecadados no país são concentrados na União, os estados ficam com 24% e os municípios com 14%, tendo de arcar com serviços extorsivos da dívida pública. A polêmica em torno da redistribuição dos royalties do pré-sal, que hoje beneficiam os estados produtores (Rio, Espírito Santo e São Paulo), e a chamada guerra fiscal acentuam os dilemas nesta esfera. Já a Lei de Responsabilidade Fiscal se transformou numa camisa de força para grande número de municípios e estados, sendo urgente revogá-la ou flexibilizá-la, bem como renegociar as dívidas com a União.

14 – Não houve avanço na direção das reformas estruturais demandadas pelas forças progressistas e os movimentos sociais: reforma agrária, reforma política, reforma urbana, reforma tributária, reforma educacional e reforma dos meios de comunicação. A paralisação da reforma agrária, bandeira histórica dos movimentos sociais e forças progressistas, é particularmente frustrante.

15 – O empresariado, com forte influência junto aos poderes constituídos e respaldado inclusive por setores do sindicalismo nacional, continua pressionando pela realização de uma reforma trabalhista, pleiteando o fim ou a flexibilização da CLT (que neste ano completa e comemora 70 anos) e defendendo o princípio da prevalência do negociado sobre o legislado.

16 – A desoneração da folha de pagamento para vários setores e ramos da economia brasileira subtrai recursos do INSS e pode comprometer a Previdência Pública, favorecendo interesses privados.

17 – O Ministério do Trabalho vem sendo submetido a um contínuo processo de esvaziamento, apesar dos protestos e alertas das centrais sindicais.

18 – É preciso notar que o relacionamento entre o movimento sindical e o governo Dilma não foi dos melhores em 2012. Sinais disto, entre outros, foram o confronto com o funcionalismo, as dificuldades de audiência e diálogo com a presidenta, a ausência de consulta aos trabalhadores